

ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX

20/03/2019

Gestora

1 – O gestor do fundo está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades?

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável

ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX

pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

9- Caso haja uma posição contrária do compliance quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? E existe redundância?

Não. O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim. Anualmente as demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa. Para o fundo em questão a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria externa da DF.

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

A abordagem fundamentalista predomina na construção do portfólio e possui horizonte de análise de dois a três anos. Após um filtro de liquidez sobre a totalidade das ações de companhias brasileiras listadas em bolsa, um filtro qualitativo será aplicado num universo de cerca de 150 ações (notas individuais atribuídas aos seguintes critérios: análise do setor que a companhia se insere, posicionamento, administração, governança corporativa, índices financeiros, análise do balanço e valuation). Cerca de 100 teses de investimento poderão surgir das maiores somatórias de notas, recebendo então uma análise mais detalhada do balanço e valuation, além de uma cobertura mais próxima com visitas às empresas e acompanhamento dos calls de resultados. O dimensionamento do portfólio em cerca de 20 ações vai resultar de alguns filtros finais, considerando as melhores avaliações (recebem maior peso) e liquidez. Até 25% do portfólio poderá buscar oportunidades com maturação esperada de curto prazo, em geral com cerca de cinco ações, a partir de critérios de escolha por análise top-down e event-driven (exemplo: eventos societários, nova regulamentação, etc.). O tamanho das posições vai depender da convicção da gestão num upside de curto prazo. A depender das oportunidades de mercado, essa parte do portfólio poderá estar zerada. Por fim, a posição em caixa é gerida com flexibilidade a partir da maturação dos investimentos, busca de novas oportunidades, aversão ou apetite numa análise macro. A equipe de gestão se reúne

ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX

formalmente uma vez por semana para debater os investimentos da carteira, sugerindo alterações e discutindo novos casos. Não buscamos risco de mercado nas operações de renda fixa que integram o caixa.

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

A equipe de gestão é formada por 8 profissionais com média de 12 anos de experiência no mercado e em média 8 anos de experiência na Itaú Asset Management.

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

O turnover do fundo em 2018 foi de 384,19%

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

Sim. Atualmente o fundo se encontra fechado.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. Fundo Itaú Phoenix: D-1.

ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI

20/03/2019

Gestora

1 – O gestor do fundo está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades?

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável

ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI

pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

9- Caso haja uma posição contrária do compliance quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? E existe redundância?

O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim. Anualmente as demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa. Para o fundo em questão a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para realizar a auditoria externa da DF.

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

O objetivo do fundo consiste em aplicar seus recursos, preponderantemente, na aquisição de ações de empresas com as seguintes características: I - reconhecida qualidade na administração de seus negócios, líderes em seu setor de atuação, que apresentem solidez econômica, capacidade de sustentação de seu posicionamento dentro dos segmentos econômicos onde operam, e que aliem a esses fatores uma consistente política de distribuição de dividendos; II - que se enquadrem nos parâmetros de avaliação descritos no item I, que estejam ou venham a estar em processo de recompra de ações de sua própria emissão, desde que observados os procedimentos da legislação vigente, observado que a rentabilidade do fundo será impactada em virtude dos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração, se houver

O processo de investimento inicia-se com a geração de ideias através de uma disciplina de reuniões diárias, semanais e mensais. As reuniões são desenhadas para cobrir diferentes aspectos do processo de investimento como seleção de papéis, posicionamento tático, gestão de risco e cenário macro. Combinamos análise fundamentalista com visão top-down. Deste modo, a análise das empresas tem um foco em bottom-up onde avaliamos o track record, capacidade de

ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI

gestão, as vantagens competitivas, dentre outros fatores, mas consideramos também as perspectivas do cenário para os setores na decisão de investimento. A construção do portfólio se baseia em uma classificação dos investment cases de acordo com grau de convicção, considerando correlação esperada entre as posições. A escolha de instrumentos e tamanho das posições é feita de forma que portfólios tenham uma exposição homogênea entre os fatores de risco ao longo do tempo. No processo de gestão de risco, ocorre uma reavaliação diária do portfólio com formalização de pontos de entrada, saída e pontos de reavaliação. Adicionalmente, limites de risco, stress e liquidez são monitorados por uma equipe independente.

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

A equipe de gestão de RV da Itaú Asset é formada por 12 profissionais com média de 14 anos de experiência no mercado e em média 8 anos de experiência na Itaú Asset Management.

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

O turnover do fundo em 2018 foi de 159,28%.

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

Não.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. Fundo Itaú Dividendos: D-1.

ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FI

20/03/2019

Gestora

1 – O gestor do fundo está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades?

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável

ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FI

pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FI

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

9- Caso haja uma posição contrária do compliance quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FI

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? E existe redundância?

Não. O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim. Anualmente as demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa. Para o fundo em questão a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria externa da DF.

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

O processo de investimento inicia-se com a geração de ideias através de uma disciplina de reuniões diárias, semanais e mensais. As reuniões são desenhadas para cobrir diferentes aspectos do processo de investimento como seleção de papéis, posicionamento tático, gestão de risco e cenário macro. Combinamos análise fundamentalista com visão top-down integrada entre os times de gestão Brasil e Nova Iorque. Deste modo, a análise das empresas tem um foco em bottom-up onde avaliamos a dinâmica (qualidade dos fundamentos), valuation (avaliação de preço) e sentimento de mercado para cada papel, considerando também as perspectivas do cenário para os setores na decisão de investimento. A construção do portfólio se baseia em uma classificação dos investment cases de acordo com grau de convicção, considerando correlação esperada entre as posições. A escolha de instrumentos e tamanho das posições é feita de forma que portfólios tenham uma exposição homogênea entre os fatores de risco ao longo do tempo. No processo de gestão de risco, ocorre uma reavaliação diária do portfólio com formalização de pontos de entrada, saída, stops e pontos de reavaliação. Adicionalmente, limites de risco, stress e liquidez são monitorados por uma equipe independente.

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FI

A equipe de gestão é formada por 12 profissionais com média de 14 anos de experiência no mercado e em média 8 anos de experiência na Itaú Asset Management.

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

O Dunamis é um fundo que segue a estratégia Unconstrained de RV, sem referência de benchmark. O turnover do fundo em 2018 foi de 450%.

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

Não.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. Fundo Dunamis: D-1.

ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA

RF FICFI

20/03/2019

Gestora

1 – O gestor do fundo está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades?

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável

ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI

pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

9- Caso haja uma posição contrária do compliance quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA

RF FICFI

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? E existe redundância?

Não. O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim. Anualmente as demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa. Para o fundo em questão a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria externa da DF.

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

O primeiro passo do processo de alocação é a definição das obrigações e objetivos do cliente. Posteriormente, através da análise de dados históricos e estimativas de nossos analistas e economistas, definimos os fatores de risco e o modelo de alocação que melhor atendem as necessidades levantadas. A alocação entre as classes de ativos tem um foco top-down e considera o risco de cada classe individualmente e a correlação esperada entre elas. O próximo passo é a definição das posições dentro de cada classe de ativos. A escolha dos ativos segue uma análise bottom-up, considerando a convicção no cenário e os riscos e retornos esperados. Por fim, o portfólio é reavaliado diariamente com formalização das bandas de alocação entre as classes de ativos e pontos de entrada e saída de cada posição. Adicionalmente, limites de risco, stress e liquidez são monitorados por uma equipe independente.

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

A equipe de Portfolio Solutions é formada por 18 profissionais com média de 13 anos de experiência no mercado e 10 na Itaú Asset Management.

ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

O fundo segue uma estratégia de Renda Fixa e tem como objetivo buscar superar o IPCA. por meio de alocação preponderante em cotas de fundos de Renda Fixa atrelados ao IMA e seus sub-índices,

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

Sim. O fundo esteve fechado por questões de capacity durante o ano de 2018.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. Fundo Alocação Dinâmica: D-1.

BOVV11

20/03/2019

Gestora

1 – O gestor do fundo está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades?

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável

BOVV11

pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

BOVV11

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

9- Caso haja uma posição contrária do compliance quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

BOVV11

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? E existe redundância?

Não. O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim. Anualmente as demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa. Para o fundo em questão a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para realizar a auditoria externa da DF.

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

O modelo de gestão de fundos de índices pode ser resumido basicamente em 6 etapas:

A. Seleção de Índices:

A Superintendência de Fundos Indexados se encarrega, em conjunto com o portfólio specialist dedicado, de avaliar a viabilidade técnica de replicar a performance de certo índice, com o objetivo de entregar um nível de aderência e tracking error compatíveis com as expectativas para o fundo. Dependendo das necessidades dos clientes, podem não haver índices de mercado aderentes ao perfil buscado, em que o portfólio specialist e a equipe de gestão indexada sugerem uma metodologia específica de seleção de ativos para construção de uma carteira que represente o perfil de rendimentos, riscos de mercados e aderência ao índice escolhido. Tais índices são processados pela Superintendência de Suporte Gerencial (SSG), que se encarrega de publicar diariamente a composição de cada carteira e seus rendimentos, que são usados como referência para a gestão, mediação de riscos e comunicação aos clientes quando for necessário.

B. Mapeamento de Processos:

BOVV11

A gestão de fundos indexados deve começar com a identificação detalhada do alcance e projeto de fluxos de gestão operacionais, a partir do entendimento do fundo e de suas particularidades. A entrega de uma gestão consistente nestes produtos se torna muito mais eficiente com a utilização de processos de gestão consistentes. Esta etapa conta com a participação da equipe de gestores, das áreas de apoio (Back e Middle-offices, riscos e qualidade) e da equipe de Produtos.

C. Modelos de Gestão:

Utiliza-se o modelo de "full replication" para os mercados mais líquidos sendo que para mercados e/ou ativos ilíquidos, utilizamos carteiras sintéticas que mimetizem a rentabilidade do índice de referência.

D. Automatização de Processos:

Para que a operação se faça em escala de forma eficiente, nas estratégias em que se desenvolvem os modelos de gestão, estas ferramentas estão interconectadas ao sistema de gestão e trading utilizado pela Itaú Asset Management, a plataforma Charles River Development. Grandes players mundiais também usam esta ferramenta, dado que ela unifica os processos de gestão, Compliance e trading, minimizando riscos operacionais e legais, contribuindo para a manutenção da aderência dos fundos.

E. Monitoramento de performance e riscos

O monitoramento de risco dos fundos indexados, assim como dos demais produtos da Itaú Asset Management, é realizado em diferentes dimensões, todas independentes da gestão. A Diretoria de Gestão Risco e Planejamento ("DGRP") zela pela aderência dos produtos aos seus mandatos específicos, através do controle ex-ante de todas as operações via Charles River e do controle ex-post através de um sistema proprietário, que registra eventuais desenquadramentos. Os riscos de mercado dos produtos são monitorados pela Superintendência de Controle de Riscos de Mercado, da performance esperada dos produtos através de modelos de tracking error e de benchmark VaR (BVaR), ambos ex-ante, e do acompanhamento do tracking error histórico para fins de adequação aos limites contratados. A avaliação da qualidade do resultado dos produtos, em termos de aderência e rentabilidade, fica a cargo da Superintendência de Suporte Gerencial, que conduz avaliações econométricas dos resultados obtidos e avalia os produtos em relação a sua concorrência direta.

F. Processo decisório

Por tratar-se de uma estratégia passiva, não há calls ativos que resultem em posições underweight ou overweight em nenhum papel. O processo é totalmente embasado nos pesos teóricos que compõem os respectivos índices.

Diariamente é feito um cálculo de diferenças entre os pesos teóricos e os respectivos pesos presentes nas carteiras dos fundos indexados, de forma a identificar a necessidade de ajustes na posição, seja de compra ou de venda. A operação é realizada pelo gestor de acordo com os processos de trading da Itaú Asset Management ao final do dia, uma vez que se faz necessária a consideração da movimentação do passivo dos fundos.

Para os rebalanceamentos periódicos ou mudanças de metodologias publicadas pelos provedores de índices utilizados pela gestão (B3, Anbima, S&P, FTSE), a Itaú Asset Management recebe antecipadamente um informativo descrevendo todas as alterações esperadas, assim como uma prévia das novas carteiras teóricas.

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

A equipe de gestão da estratégia indexada é formada por 5 profissionais com média de 13 anos de experiência no mercado e em média 10 anos de experiência na Itaú Asset Management.

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

Por se tratar de uma estratégia indexada, o turn-over é zero.

BOVV11

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

Não.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. ETF BOVV11: D-1.

Si qua meis, ut lector erunt, errata libellis offendent aures indiciumque tuum, si nec in exculto nitor est aut, si rude, nec dignum domini quod scrinia linquat, et iactet merita laurea certa coma: sunt mihi quae venim quovis sub iudice praestent, ut prorsus culpa non sine laude vacem. utque ego praeteream, quod nec vitalibus ulla docta soporatis repserit umbra méis, nec dederit mihi Musa.

Offendent aures indiciumque tuum, si nec in exculto nitor est aut gratia versu, nec varium multo flore virescit opus, si rude, nec dignum domini quod scrinia linquat, et iactet merita laurea certa coma: sunt mihi quae venim quovis sub iudice praestent, ut prorsus culpa non sine laude vacem. utque ego praeteream, quod nec vitalibus ulla docta soporatis repserit umbra méis, nec dederit mihi Musa. Si qua meis, ut lector erunt, errata libellis offendent aures indiciumque tuum, si nec in exculto nitor est aut gratia versu, nec varium multo flore virescit opus, si rude, nec dignum domini quod scrinia linquat, et iactet merita laurea certa coma: sunt mihi quae venim quovis sub iudice praestent, ut prorsus culpa non sine laude vacem. utque ego praeteream, quod nec vitalibus ulla docta soporatis repserit umbra méis, nec dederit mihi Musa. Si qua meis, ut lector erunt, errata libellis offendent aures indiciumque tuum, si nec in exculto nitor est aut gratia versu, nec varium multo flore virescit opus, si rude, nec dignum domini quod scrinia linquat, et iactet merita laurea certa coma: sunt mihi quae venim quovis sub iudice praestent, ut prorsus culpa non sine laude vacem. utque ego praeteream, quod nec vitalibus ulla docta soporatis repserit umbra méis, nec dederit mihi Musa.

Lector erunt, errata libellis offendent aures indiciumque tuum, si nec in exculto nitor est aut gratia versu, nec varium multo flore virescit opus, si rude, nec dignum domini quod scrinia linquat, et iactet merita laurea certa coma: sunt mihi quae venim quovis sub iudice praestent, ut prorsus culpa non sine laude vacem. utque ego praeteream, quod nec vitalibus ulla docta soporatis repserit umbra méis, nec dederit mihi Musa.

ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FICFI

20/03/2019

Gestora

1 – O gestor do fundo está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades?

A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável

ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FICFI

pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FICFI

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.

9- Caso haja uma posição contrária do compliance quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FICFI

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? E existe redundância?

Não. O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;

- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;

- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim. Anualmente as demonstrações financeiras são auditadas por uma empresa de auditoria externa. Para o fundo em questão a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratado para realizar a auditoria externa da DF.

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

O processo de investimento conta com uma sólida e disciplinada avaliação dos fundamentos, que inclui: análise macro (top-down), valuation (bottom-up), análise de distorções da curva de juros, posicionamento técnico dos agentes de mercado e execução do trading. Na construção do portfólio, as decisões são colegiadas buscando fontes alpha com gestão ágil e dinâmica nos mercados de Juros Nominais e Reais. Utilizam-se estratégias estruturais e táticas a depender do horizonte e risco de cada tese de investimento, possibilitando ganhos em qualquer cenário econômico. Priorizam-se ativos líquidos. Operações com crédito privado são permitidas, porém, não são o foco de atuação. Derivativos são usados de forma disciplinada e no processo de gestão de orçamento de risco. Além do controle de risco do fundo, cada operação possui um limite gerencial de perda, visando a preservação do capital.

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

A equipe de gestão é formada por 4 profissionais com média de 15,5 anos de experiência no mercado e em média 12,5 anos de experiência na Itaú Asset Management.

ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FICFI

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

O fundo segue uma estratégia de Renda Fixa Ativa, a partir de negociações mais frequentes no mercado de Renda Fixa Brasil, com uma visão mais de curto para os cases de investimentos.

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

Não.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. Fundo Legend: D-1.